

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Jaime Manuel Palha Costa, António Isidro das Neves Ferreira Marques e Carina Isabel Moura da Conceição Luís. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Luís Filipe Dias Grácio e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A senhora **Presidente da Assembleia**, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e dez minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias e renúncia ao mandato, respetivamente. -----

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Daniel da Costa Luís que substitui Manuel Mesquita Domingues. ---

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação das atas número dezoito e dezanove. -----

VOTACÃO DA ATA NÚMERO DEZOITO -----

A ata número dezoito realizada em vinte e oito de setembro de dois mil e doze, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Partido Socialista, por não se encontrar presente na referida sessão.-

Não votou Mário Eugénio Filipe Duarte por ainda não se encontrar presente. -----

VOTACÃO DA ATA NÚMERO DEZANOVE -----

A ata número dezanove realizada em três de outubro de dois mil e doze, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, uma Partido Socialista e uma do Partido Social Democrata, por não se encontrarem presentes na referida sessão.-----

Não votou Mário Eugénio Filipe Duarte por ainda não se encontrar presente. -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Para conhecimento e para que fique registado em ata, foi-nos comunicada a informação sobre a constituição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pedirei depois ao senhor Murcela de transmitir para os senhores deputados. -----

Foram remetidos alguns documentos aos senhores deputados, nomeadamente uma adenda a um contrato, sendo que este documento adenda ao contrato de promessa de permuta, resulta de uma solicitação do Tribunal de Contas e é apenas para conhecimento da assembleia. -----

Há ainda um outro assunto, que este sim deve ser agendado e queria pedir autorização à assembleia para no que respeita à Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal, por conta da Lei nº. 8/2012, que possamos incluir este ponto no último ponto da ordem dos trabalhos, antes da Apreciação da Informação do senhor Presidente da Câmara, incluir este ponto como ponto oito, passando a Informação a ser o ponto nove. -----

Não havendo objeção a Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal, passa a ponto número oito.” -----

Passou-se de seguida ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: “ Foi dito pela senhora Presidente da Assembleia Municipal numa das últimas reuniões, sobre o Jardim de Infância da CP que agora é gerido pela ENCOPROF, ficou em ata que seria responsabilidade do anterior Governo o seu encerramento. -----

Pode ter sido a intenção da empresa, não do Governo, tive acesso ao relatório final da Comissão de Economia e Obras Públicas, um documento oficial da Assembleia da República em que na página número dois diz: “ *Segundo os peticionários o encerramento não estava relacionado com razões financeiras, mas sim pela mudança de estratégia da empresa em relação à política social para com os trabalhadores*” -----

Se o Partido Socialista não se portou bem, o Partido Social Democrata não esteve bem, porque diz-nos este relatório que o Governo não apresentou qualquer resposta, o que lamenta o relator, procurou-se dar o tempo suficiente para que isso tivesse ocorrido e decorridos três meses, é tempo de dar seguimento à tramitação legal. -----

Era este o esclarecimento que queria dar e também o meu lamento porque neste relatório, na página número quatro diz: “ *Foi comunicado ao deputado relator que a solução passou por um acordo entre a CP, REFER, Associação de Pais e ENCOPROF.*” -----

Esta Associação mostrou-se interessada em manter o Infantário em funcionamento, bem como assegurar os postos de trabalho.” -----

Neste relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas, em caso algum refere a intervenção da Câmara Municipal, a intervenção de algum deputado do PSD nesta análise desta petição. -----

Lamento que o ónus que veio para a comunicação social e através de um comunicado feito pela própria Câmara Municipal da solução encontrada passe pela deputada e pela Presidente da Assembleia Municipal.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Obviamente não me cabe a mim defender-me, coube-me a mim fazer aquilo que entendi de positivo sobre esta matéria. –

Lamento também que não tenha percebido, que esse relatório subiu à Comissão quando o assunto já estava mais do que resolvido. -----

Não será importante constar do relatório qua a deputada ou o Presidente da Câmara fizeram ou não fizeram, o que foi importante foi o assunto ser resolvido a bem da população e de acordo com as necessidades da nossa população. -----

Se isso é tão importante para o Partido Socialista, lamento dizer-lhe que para mim não será tão importante assim e portanto, sobre esta matéria, acima de tudo é importante continuarmos a ter o nosso Infantário a funcionar, com boas condições de funcionamento, com o reconhecimento pelos órgãos, nomeadamente pela Segurança Social da sua capacidade e da sua qualidade inclusive nos possíveis apoios a serem concedidos. -----

No que respeita à estratégica da empresa, como sabemos os outros fecharam o do Entroncamento estava em *stand by* a estratégica da empresa não era nova, houve a sensibilidade do senhor Secretário de Estado, do Conselho de Administração da REFER e da CP, pese embora todos os argumentos que possamos ter, mas houve a sensibilidade para em conjunto com os vários parceiros resolver o problema a contento dos pais e da população do concelho e não apenas de olhos fechados em função daquilo que era a vontade e a estratégica da empresa definida a algum tempo. -----

Portanto, as acusações podem ficar, o resultado está à vista e é desse resultado que temos de tirar o máximo proveito para o Entroncamento.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Começamos esta assembleia de uma forma muito triste senhor deputado, porque infelizmente resolve começar a Assembleia Municipal do Entroncamento a falar de um caso que tem a ver com o Entroncamento e vê o relatório ao contrário. -----

É triste que lê-a o relatório de uma coisa que se passou depois das negociações terem acontecido e de uma Comissão que a senhora Presidente da Assembleia Municipal, não pertence na Assembleia da República, quando muito, dificilmente vinha o nome da senhora Doutora Isilda Aguincha num relatório da Assembleia da República a uma comissão a que ela nem sequer pertence. -----

Das duas uma, ou o senhor deputado quer encontrar um fundo de verdade, qualquer coisa de mentira numa coisa que não existe, ou então está a fazer um número muito triste que não se percebe. -----

A pessoa que menos conhecimentos tenha de como é que funciona a Assembleia da República, consegue perceber que em lado nenhum pode vir o nome da Doutora Isilda Aguincha, nem do senhor Presidente da Câmara, nem da senhora Vereadora da Educação, mas a sua vontade de dizer mal é tanta, que agarra numa coisa que não tem pés por onde se pegue. -----

Queria transmitir à Assembleia duas notas. -----

A primeira é em nome da bancada do PSD agradecer aos médicos, enfermeiros, auxiliares de ação médica da unidade de cuidados de saúde familiar e do centro de saúde, pela magnífica prestação que têm tido mesmo com o número de profissionais decrescente, inclusive número de enfermeiros. -----

Isso está plasmado num relatório que saiu há pouco tempo, em que o Centro de Saúde do Entroncamento e a Unidade de Cuidados de Saúde Familiar do Entroncamento a “Locomotiva,” foram classificados como os melhores de toda a zona de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Nós em vez de andarmos à procura de coisas para dizer mal, se calhar temos que pensar um bocadinho melhor nas coisas boas que temos cá. -----

Portanto, a bancada do PSD começa esta assembleia hoje por dizer aqui perentoriamente, muito obrigado a todos os funcionários do Centro de Saúde e da Unidade de Cuidados de Saúde Familiar, que têm dado tudo aquilo que têm para que aquela Unidade funcione e para que os cidadãos do Entroncamento tenham acesso digno a cuidados de saúde. -----

Por outro lado, quero também obviamente deixar uma palavra ao Executivo Municipal pela iniciativa “Viver o Comércio”, todos têm conhecimento do que se está a passar na nossa cidade, a senhora Vereadora Kelly é que está à frente da iniciativa com o senhor Presidente. -----

Espero que os comerciantes no final desta primeira época também se mostrem satisfeitos e acho que é de louvar o esforço que o executivo tem feito, tanto nesta área de “Viver o Comércio”, como na notícia que já foi transmitida de um evento que vai decorrer no Entroncamento, que é a Passagem de Ano Magos, este evento é feito em parceria com uma empresa, em que o custo não recai sobre o município na sua maioria, mas sobre os privados que se associam.” -----

Intervio **Carlos Amaro:**” O senhor deputado fala, fala, mas verdadeiramente não diz nada. -----

Vamos começar isto de uma maneira positiva. Gostava de dar os parabéns à ENCOPROF pela gestão que tem feito no antigo Infantário da CP. -----

Deixe-me dizer-lhe que as pessoas procurar protagonismo muitas vezes aonde ele não existe, vamos entrar num período em que é necessário esse protagonismo, acho que o senhor entende, tem de se dar louvor a quem realmente o merece e quem mais o merece em todo este processo é a ENCOPROF pelo esforço que desenvolveu na busca da solução.” -----

Continuou **António Ferreira:** “ Para já dar os parabéns à USF e à Unidade de Cuidados de Saúde, pela boa prestação que tem desenvolvido no Entroncamento e chamar à atenção do executivo para o facto da envolvente ainda não ter sido arranjada, o essencial já lá está, agora falta embelezar. -----

Em relação às questões do Infantário da CP e o tão acalorado debate, infelizmente esta questão da CP vem na sequência de todas as políticas neoliberais nestes setores, e tanto o PS como o PSD tiveram a preocupação em cortar gorduras. -----

Apesar de tudo, há empresas portuguesas, algumas delas bem classificadas com excelente desenvolvimento, que prestam esses serviços aos seus trabalhadores, não é só nesta questão do Infantário da CP, é a questão também da extensão da Caixa Geral de Depósitos, que acabámos de perder.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, entrou-se na intervenção do público. ---

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio **João Lérias**: “ Muitas das vezes sou acusado de vir a esta assembleia manifestar o meu desagrado por algumas situações, felizmente hoje venho aqui para mostrar a minha satisfação. -----

Há cerca de um ano estive aqui e referi na altura, que lamentava que não se tivesse feito nada para animar o Entroncamento durante o período de Natal, inclusivamente falei de algumas iniciativas que aconteceram nalguns concelhos, que não eram relativamente caras e que de facto serviram para criar alguma animação. -----

Este ano e apesar da contenção, de facto, a Câmara está de parabéns pela iniciativa que teve. -----

Quando acho que as coisas não estão bem, venho dizer que não estão bem, como gostei da iniciativa e do programa e embora acho que de facto não irá ter grandes reflexos em termos da realidade comercial da cidade porque o problema é de facto mais profundo, mas é uma iniciativa que foi bem pensada, foi bem vista por todos os comerciantes, por todos os municípios e todos aqueles que nos visitam. -----

Pela iniciativa em si, independente dos reflexos que venha a ter, foi extremamente positiva e como cidadão do Entroncamento, não estou aqui em nome de ninguém, sintome de facto muito satisfeito pela iniciativa.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção do público, entrou-se na ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM -----

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO E PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DAS COMISSÕES DE SERVIÇO. -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: “ Fazia uma proposta para dividir este primeiro ponto em dois, uma primeira parte o regulamento, discussão e votação do regulamento da organização dos serviços do município do Entroncamento e outro ponto, a proposta de manutenção das comissões de serviço.” -----

Não havendo objeções, a proposta apresentada pelo Partido Socialista, foi aceite. –

Interveio **José Baptista**: “ Vamos dividir o ponto ou vamos dividir as votações, é que não faz sentido dividir o ponto, dividir as votações sim.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Este regulamento baseia-se na Lei 49/2012, adaptar à Administração Local o estatuto do pessoal dirigente e isto de facto é uma manobra muito manhosa, porque aquilo que está subjacente a toda esta lei é um princípio da retirada da gestão autónoma aos municípios, da retirada de saber fazer aos municípios e portanto, isto engloba-se tudo num conjunto mais geral que será o documento verde da reestruturação administrativa e será objetivamente a retirada progressiva da autonomia dos municípios e dos seus serviços locais. -----

Nem todas as cidades têm os mesmos problemas, nem todas as cidades têm a mesma atividade e num município pode haver mais necessidades que outros, em termos do quadro de dirigentes desses municípios. -----

O problema desta lei decorre diretamente para a organização e direção dos serviços administrativos, é a sequência que isto vai ter na capacidade de dar resposta aos municípios, de dar resposta aos reais problemas das populações, isto é tudo feito a régua e esquadro, atribuindo dois ou três chefes em função do número de habitantes, o que vem condicionar o nosso regulamento porque tem que estar sujeito àquilo que está na lei. -----

Penso que o regulamento vai de encontra àquilo que está na lei, salvaguarda a situação deles e podem ser aproveitados em termo do município temporariamente

enquanto não se resolver o problema de outra forma e a lei não desaparecer ou ser reestruturada novamente.” -----

Continuou **Carlos Amaro**: “ Sobre a questão do regulamento, tenho algumas questões a fazer: -----

Qual é que é o articulado da Lei 49/2012, que enquadra o artigo oitavo deste regulamento? -----

Onde é que está estabelecido o que são subunidades orgânicas flexíveis e qual o critério para fixação do número? -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Eu não vou discutir com um jurista a lei, não me compete fazê-lo, nem tenho um técnico da autarquia aqui para lhe dar resposta, temos um documento político com uma opção política, por um lado o cumprimento das disposições da lei, por outro lado uma proposta com uma deliberação da autarquia, que nós vamos aprovar ou não, é esta a matéria que está em cima da mesa.

Não é a discussão do articulado da lei, nem pôr em causa a Presidente da Assembleia Municipal, que não dá parecer jurídico, não esclarece em termos técnicos a legislação, isso, permitam-me, eu não o faço.” -----

O senhor deputado leu o regulamento, nós estamos a avaliar um documento que nos é fornecido pelos serviços do município, eu não vou discutir este documento consigo.” -----

Respondeu **Carlos Amaro**:” Não é minha intenção discuti-lo, é esclarecer. -----

Não entendi o que são, e volto a repetir, as subunidades orgânicas flexíveis.” -----

Proseguiu **Luís Grácio**: “ Estamos aqui num impasse e não sei se eventualmente algum membro do executivo possa esclarecer esta questão. -----

Se eventualmente houver a impossibilidade e a assembleia não tiver condições de conscientemente tomar uma decisão, acho que se deve adiar o ponto.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Aquilo que diz no ponto dois, resulta de se chamar um nome àquilo que é as subdivisões dos diversos serviços existentes na autarquia. -----

A câmara tem seções, departamentos, repartições, tem um conjunto de estruturas que por força desta lei tiveram de ser reformuladas, com um número máximo de cargos de cada uma delas, aquilo que acontece neste momento no nosso município, não é exatamente igual àquilo que acontece em Torres Novas ou na Barquinha.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Se o senhor deputado for ao artigo quarto, número três, refere expressamente que: “ *No caso previsto no número anterior,- que são as estruturas orgânicas de terceiro grau para baixo,- cabe à Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva renumeração, a qual deve ser fixada entre a terceira e sexta posição remuneratória.*” -----

Aquele nome que é dado no regulamento que foi aprovado pelo executivo, quer procura-lo na lei, mas ele não está, porque é ao executivo que compete dar o nome que pretende.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Esta lei é um bocadinho complicada e pedi para me auxiliarem e depois tive uma resposta e aquilo que diz aqui na resposta em relação a esta questão é: “ O exercício necessário para determinar o número de dirigentes de unidades orgânicas correspondentes de um dado município que pode prover, não acaba aqui há primeiro excecionar os cargos a que se refere a alínea a) do artigo décimo e acrescer-lhes os que resultam dos chamados mecanismos de flexibilidade do artigo vigésimo primeiro, que já aqui foi referido. -----

Aqui só há uma questão que é levantada aqui, só fazem sentido se forem vistos como lugares a prover obrigatoriamente nos termos gerais.” -----

Prosseguiu **Rui Gonçalves**: “ Voltando a centrar a discussão naquilo que é útil, que é discutir o regulamento e não as especificidades do mesmo, porque nós não podemos fazer alterações quaisquer ao regulamento. -----

As pessoas continuam na mesma dentro desta casa, só que passamos de dois diretores de departamento e seis chefes de divisão, para quatro chefes de divisão. A estrutura orgânica vai mudar, mas não se torna mais pesada as pessoas continuam nos sítios aonde estão.” -----

Continuou **Carlos Amaro**: “É verdade que há qui algum populismo inerente a esta estratégica de redução de chefias para reduzir os custos, passamos de dois chefes de departamento e dez chefes de divisão, para ter zero chefes de departamento e ter quatro chefes de divisão, só que ao contrário do disse o senhor deputado Rui Gonçalves, não haverá uma efetiva poupança, porque a generalidade destes funcionários estão numa carreira técnica e a sua maioria, inclusive já estão no topo dessa carreira, o que tem implicações significativas na componente salarial. -----

Aliás, isto vai criar problemas de competências aos responsáveis das novas unidades orgânicas flexíveis. -----

Gostaria de fazer só mais uma pergunta, em relação às comissões de serviço e à implementação do tempo deste novo regulamento, quando é que o executivo pensa pôr na prática este novo quadro orgânico?”-----

Referiu **António Ferreira**:” Este regulamento tem que estar em vigor até dia 31 de dezembro, é aquilo que está na lei. -----

Queria chamar à atenção ao peso da estrutura, eu compreendo esta estrutura, se o Estado quer retirar as águas das Câmaras Municipais e outras estruturas, há aqui uma série de chefes que vão deixar de ser necessários, é a filosofia da lei.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Sobre as comissões de serviço, a nossa deliberação propõe que elas se mantenham e portanto, consoante as situações elas têm uma duração no tempo, umas acabam mais cedo outras acabam mais tarde. -----

Aquilo que é o objetivo deste ponto da ordem dos trabalhos, é de facto o cumprimento daquilo que é uma disposição legal, não é para poupar nada, ou não poupar, é cumprir a lei, a lei obriga-nos até 31 de dezembro ter este documento aprovado, e permite-nos para além de ter o regulamento refeito, ter esta proposta de deliberação e portanto, manter em funções os responsáveis que asseguram o serviço. ----

Colocaria à votação o regulamento na sua parte I, conforme há pouco acordámos.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “**Regulamento da Organização dos Serviços do Município do Entroncamento**”, foi aprovado por maioria com dezoito votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e quatro abstenções, sendo três do Bloco de Esquerda e uma do Partido Socialista. -----

Não votou Mário Eugénio, por ainda não se encontrar presente. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “**Proposta de Manutenção das Comissões de Serviço**”, foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

Não votou Mário Eugénio por ainda não se encontrar presente. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

ORÇAMENTO PARA 2013 E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2013 – 2016, BEM COMO OS MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2013.-----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “ A execução do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013 decorrerá numa conjuntura particularmente difícil a nível macroeconómico, em que, contrariamente ao que, quem nos governa, nos quer fazer querer, não estamos (passe a expressão), “a sair do buraco”, bem pelo contrário, a crise aprofunda-se, a recessão aumenta, o desemprego nunca esteve tão alto, a fome e a miséria já colocam 26% da população portuguesa abaixo do limiar da pobreza. -----

Ora, esta realidade não poderá deixar de refletir no nosso quotidiano municipal (ainda que de forma envergonhada) e os casos conhecidos, não são mais do que a ponta do icebergue nomeadamente com um aumento dos desempregados e do número de famílias com acrescidas dificuldades. Perante esta realidade a ação social das autarquias assume um papel crucial, pois são as organizações, de proximidade, do estado, por excelência. -----

Paralelamente o estado central vem diminuindo as transferências do orçamento de estado para os municípios. Contudo as responsabilidades dos municípios, não só não diminuem, como vêm aumentando, fruto do agravar da crise. -----

Quando as autarquias deveriam estar a atenuar o peso dos impostos que cobram no seu âmbito de ação, designadamente baixando a taxa dos impostos indiretos que incidem sobre os seus munícipes, como por exemplo do IMI, tal não acontece, como no nosso caso. Apesar disso não deixaremos de, em tempo e sede própria, voltar a apresentar as nossas alternativas, de acordo com a nossa visão do problema e na defesa do que consideramos essencial. -----

Já anteriormente, aqui, referimos que as autarquias terão de subverter completamente o seu atual paradigma de financiamento, particularmente no que se prende com as receitas das taxas urbanísticas e de loteamento, ligadas a novas construções, dadas as alterações porque está a passar o setor da construção, como alerta o estudo da AECOPS, mencionado no orçamento para 2013. -----

De facto, o nossa realidade de financiamento, mantem-se igual à de sempre, assim como se consolidam algumas práticas, em nossa opinião erróneas, como sejam a manutenção da cobrança exagerada de certas taxas e impostos municipais, a exemplo, já atrás referido, do IMI e da derrama. -----

Quanto a aspetos práticos do orçamento em discussão, passaremos rapidamente em revista alguns assuntos mais relevantes, a saber: -----

- A requalificação da **Ribeira de Santa Catarina**, ao nosso nível, quase se pode classificar de “obras de Santa Engrácia”, pois vem sendo sucessivamente mencionada em orçamento atrás de orçamento, sem fim “à vista”, pois não será com a escassa verba de €4600, que a obra se efetuará; -----

- No orçamento de 2012, manifestamos o nosso apreço pela inclusão de verbas para a recuperação do **Cineteatro S. João**, entre outros, e recordamos que o mesmo já se tinha verificado relativamente aos orçamentos de 2010 e 2011, sem que tal tivesse significado qualquer transformação, no estado de degradação do equipamento. A exemplo de que se tem passado, o nosso ceticismo, é que nada se altere; -----

- Quanto à **Casa da Juventude**, dissemos em 2010, relativamente ao orçamento para 2011, o seguinte, passo a citar: “o discurso do PSD é claro. Recuperando a expressão usada na Câmara, é apenas vista como um potencial foco de doutrinação

“bloquista”, fantasma a exorcizar e de que o melhor é nem falar. A Casa da Juventude nem merece a triste linha das promessas adiadas”, fim de citação. A única alteração em que aquela observação está desfasada, é que hoje, sempre mereceu uma singela e triste, linha, mas todos nós sabemos que, tudo “continuará como dantes, quartel-general em Abrantes”, pois para alguns, sinónimo de Casa de Juventude, será o antigo Centro Cultural, mas com bares, convenhamos; -----

- Em sentido contrário, ficou a criação das **hortas sociais**, que em nosso entendimento, melhor seria serem chamadas de hortas municipais, a exemplo do que ocorre em diversos países, por essa europa fora, como na Alemanha e noutros países. Constavam do orçamento anterior e desaparecem do atual. Ou seja, conforme a conveniência, retira-se a Casa da Juventude e acrescentam-se as hortas sociais num ano e faz-se o inverso no seguinte. Desta forma pensam ficar demonstrada uma visão atual e moderna da governação municipal; -----

- A revisão do PDM é outra história de ficção, que à semelhança da requalificação da Ribeira de Santa Catarina, vem desde que o PSD é maioritário da autarquia, mas também não se vislumbra um final feliz a curto prazo, tal está o novelo enrodilhado em pretexto e contra pretextos, que não permitem que o município tenha ao seu dispor um instrumento estratégico atualizado, fundamental para o seu desenvolvimento; -----

- Ninguém de boa-fé poderá acusar o Bloco de Esquerda de não **apresentar proposta alternativas** às da maioria, e de inclusivamente algumas delas serem adotadas pelo conjunto do executivo autárquico, sendo todavia que alguns são mais bem aceites do que outras, algumas das quais mesmo votadas por unanimidade, são enviadas para o limbo, esquecidas em qualquer gaveta funda, de que é exemplo a decisão de se proceder a auditorias energéticas aos edifícios municipais, que vem já do anterior mandato, quando era vereador do Bloco de Esquerda, o nosso camarada Henrique Leal. -----

- Outras ainda, merecendo menos apreço da maioria, não deixam, para nós, de ser menos importantes e necessárias, falamos nomeadamente: -----

- a) Dum piloto de **orçamento participativo**, com uma pequena verba, uma parcela do orçamento em que a população tenha possibilidade de decidir entre diversos projetos em alternativa; -----
- b) Uma nova política de **habitação social**, um programa específico, uma nova noção e novo paradigma, para responder às necessidades de habitação social, em que vários exemplos implementados no país poderiam servir de modelo; -----
- c) Também a necessidade de pensarem os **transportes intermunicipais**, nomeadamente na relação com os diversos municípios vizinhos; -----
- d) Não menos importante se mostra a necessidade de repensar o **Mercado Municipal**, com um projeto modernizador, que considere as diversas valências e as concilie, fazendo coabitar o espaço rural com o moderno comércio; -----
- e) Sempre defendemos a promoção de uma **programação cultural** digna desse nome e nunca concordamos com o serviço de “outsourcing” da programação, que bem poderia ser realizado pelos técnicos da autarquia. Finalmente tal serviço foi dispensado. Pelo menos implicitamente reconheceram a sua desnecessidade; -----
- f) Queremos aqui deixar, mais uma vez, confirmada a nossa mais veemente oposição à **privatização da distribuição da água** em baixa (ainda que lhe chamem conceção), cuja receita prevista de 2 milhões e 950 mil euros, já aparecia no orçamento para 2012, conquanto numa rubrica de diversos, e que agora aparece com um valor de 2 milhões e 385 mil euros. Sobre este assunto já relativamente ao orçamento para 2012 havíamos dito que sem “qualquer justificação plausível e em incumprimento do **capítulo 3 do POCAL – Princípios e Regras**, nomeadamente do subponto 3.1

Princípios Orçamentais, alínea f) Princípio da especificação que impõe, passo a citar: “- o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas;”, fim de citação. Opção questionável, injustificada e que inscrita em rubrica de Diversos se declara objetivamente querer passar despercebida”, outra coisa não se retira; -----

g) Por último, mas não menos importante, teremos de referir a generosidade do PSD para com as coletividades do nosso concelho, situação que contrasta com a anterior argumentação que, se bem se lembram levou a cancelar a Gala Carril Dourado e a não atualizar a maioria dos apoios às associações desportivas e culturais. Desta vez estamos perante um cenário completamente diferente, pois a maioria vai ter significativos aumentos dos apoios, que chegam a atingir os 200 por cento. Bem sabemos que 2013 não é ano de eleições e por esse motivo não apelidarei o orçamento de eleitoralista, afirmação que sempre causou uma certa sensibilidade de urticária ao senhor Presidente. Não queremos contribuir para o seu desconforto. Por nós até percebemos, que teriam gostado de terminar o documento orçamental parafraseando aquela celebre frase do vosso presidente: “Que se lixem as eleições”. –

Já vai longa a nossa nota. Pelo exposto, a nossa visão do que é melhor para o concelho, diverge de forma clara das opções vertidas no orçamento que nos é presente, pelo que iremos votar contra”. -----

Interveio **António Ferreira**: “ O Orçamento de 2013 e Grandes Opções do Plano 2013-2016 caracteriza-se pela continuação da diminuição das transferências do Estado Central para a autarquia quase 4 milhões de euros de transferências de capital, nomeadamente dos Fundos Comunitários, é um orçamento mais baixo que foi no ano anterior. Por outro lado, a câmara também tem assumido responsabilidades em algumas áreas, bem foi avisada em tempo para não assumir na área da educação, aumentam os custos da autarquia. -----

Os serviços que a câmara presta, cada vez são mais caro, é a questão da água, saneamento, resíduos sólidos, são custos suplementares para as populações, somos um concelho pequeno, tendo em conta a própria concentração das infraestruturas de águas e outros meios, este serviço devia ser mais barato no Entroncamento do que noutros concelhos e não verificamos isso. -----

O Entroncamento necessita de outra estratégia de desenvolvimento, não basta em vésperas de eleições chamar cá um Autos Mateus e mandar-lhe fazer um estudo, porque nós queremos desenvolver tem que ser em conformidade com aquele estudo igual para cem municípios. -----

Como já referimos em inúmeras vezes: o IMI é um fator enorme nos orçamentos familiares, podem-me dizer que é para compensar as sucessivas diminuições, como o IMT, a falta de transferências e uma série de outras coisas, não podemos estar a substituir essa fatia por mais encargos para as famílias. -----

Ainda sobre a questão da água, quando nos disseram que iríamos resolver os problemas das infraestruturas no Entroncamento, quando aderíssemos às Águas do Centro, nada disso aconteceu, já lá vão dois mandatos e neste orçamento vamos pelo mesmo caminho. O mesmo irá acontecer a quando da entrega das águas em baixa, se vier a acontecer, NÃO HÁ DINHEIRO, as promessas ficam por cumprir e o munícipe tudo aguenta. -----

Neste orçamento, em ano de eleições, recupera algumas das velhas propostas da CDU: -----

- Orçamento participativo; -----

- Hortas municipais, só não são no sítio por nós apontado, ao longo da Ribeira de Santa Catarina, na zona da atual ETAR, evidentemente num processo de deslocalização da mesma que já não corresponde às necessidades; -----
- Requalificação da Ribeira de Santa Catarina, com saneamento e abertura dos troços, hoje “esgotos” encanado;-----
- Transportes intermunicipais como forma de retirar trânsito e estacionamento do interior do Entroncamento; -----
- Recuperação do Cineteatro S. João – urgente; -----
- Desvio da Ribeira de Santa Catarina; -----
- Remodelação de parques infantis e espaços centrais; -----
- Ciclovias. -----

São nossas aspirações (da CDU) de longa data mas as dotações não correspondem às anunciadas intenções. -----

PDM – Estados, continuamos a marcar passo por culpa nossa, mas sobretudo por culpa das indefinições macro legislativa. E vai continuar com os 30 mil euros de dotação. Nesta área quanto mais anarquia melhor – isto é assim há anos por todo o país.

Em definitivo é um orçamento populista, com muito apoio caritativo, para gestão da desgraça, apoios às associações (devia haver eleições todos os anos) e os problemas de sempre com sub dotadas de rubricas, à espera de aplicação do saldo de gerência do ano anterior.” -----

Prosseguiu Carlos Amaro: “ A proposta de orçamento para 2013 submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal, apresenta uma total falta de defasamento com a realidade, que tendo em conta as condições atuais, proporcionadas ao nosso Município, não tem qualquer sustentação ou justificação. -----

Apesar de ser um documento tecnicamente muito bem elaborado, não reflete qualquer estratégia de rigor e de contenção da despesa ao contrário dos objetivos e das grandes opções do plano apresentadas. A proposta de orçamento para 2013 não tem em consideração o enunciado na página 4 «*O momento atual (e anos próximos) é profundamente marcado pela crise da dívida e elevados défices do setor público*» -----

1. Na proposta de orçamento 2013 e grandes opções do plano, página 4, é igualmente referido que os documentos previsionais para 2013. -----

«*Prosseguem uma estratégia de rigor e de maior contenção da despesa, para reforço e consolidação das finanças municipais,*» -----

O mapa orçamental apresentado contraria este pressuposto porquanto **a despesa corrente aumenta em cerca de 50%**, relativamente à média da execução dos anos de 2008 a 2012. -----

Tendo presente o ano de 2012, com base na execução de 18 de dezembro de 2012, **o aumento é de 56,9%** pelo que esta evolução é semelhante. -----

Em particular **a despesa com aquisição de bens e serviços aumenta 86,4%** relativamente ao executado do ano de 2012 de 87,4% relativamente à média dos últimos 5 anos. A despesa está claramente empolada, porquanto representa quase o dobro da despesa executada nesta rubrica nos anos anteriores. -----

Por exemplo inclui rubricas orçamentais: -----

020121 – Outros bens -	439.555€	ou
020225 – Outros serviços	1.615.289€	

Que não apresentam qualquer justificação. Só estas duas rubricas totalizam 2. 054.844 € e **representam cerca de 50% da despesa média em aquisição de bens e serviços dos últimos 5 anos.** -----

Também a despesa de capital inscrita no orçamento para o ano de 2013, representa um acréscimo de 218% relativamente à média do período referido.

Este acréscimo na aquisição de bens de capital, condicionada à capacidade de execução, que nos anos anteriores foi sempre substancialmente inferior, está, em nossa opinião, fortemente condicionada pela capacidade de obtenção de fundos próprios disponíveis, dado que o endividamento líquido do município já se encontra transposto. –

A previsão de venda de bens de investimento, para fazer face à despesa de capital, no montante de 3.823.232 €, correspondente à venda de património, no momento de crise económica que atravessamos, não nos parece realizável nem que promova a defesa dos interesses do nosso município.

As receitas constantes do mapa orçamental estão igualmente empoladas, sem que seja apresentada qualquer justificação.

As receitas correntes previstas no orçamento representam um acréscimo de 37,6% relativamente a 2012 e de 42,1% quando considerada a média dos últimos 5 anos.

No que respeita às receitas de capital, o panorama é ainda mais acentuado, acréscimo de 218% relativamente à média dos últimos 5 anos.

Algumas rubricas do lado da receita, que em nossa opinião, carecem de uma adequada justificação:

- 06 Transferências correntes, apresenta um valor claramente superior à média dos últimos 5 anos.
- Outras – 998.086 € - qual a justificação para esta receita, praticamente inexistente em anos anteriores?
- 07 Venda de bens e serviços correntes 3.009.804 € (acrécimo de cerca de 29,1%, relativamente à média do período considerado) – Qual a justificação?
- 08 Outras receitas correntes – 2.381.900 €. A média dos anos anteriores é de 65.857 € - Qual a justificação?
- 09 Vendas de bens de investimento – 3.823.232 €

No momento de crise económica que atravessamos, não nos parece realizável, nem que promova a defesa dos interesses do nosso município.

- 13 Outras receitas de capital – 1.039.836 €. Qual a justificação?

2. Na proposta de orçamento 2013 e grandes opções do plano, página 4, é igualmente referido que os documentos previsionais para 2013: *«Prosseguem uma estratégia de redução de endividamento, em especial de curto prazo, visando a redução do prazo médio de pagamentos»*

O orçamento apresentado, pelo seu desfasamento com a realidade não nos permite avaliar a redução do endividamento.

3. Na proposta de orçamento 2013 e grandes opções do plano, página 4, é igualmente referido que os documentos previsionais para 2013: *«Têm as prioridades claramente definidas, visando um desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes, considerando as atuais condicionantes socioeconómicas e financeiras;»*

O quadro Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2013) parece indicar que este objetivo pode ser parcialmente conseguido, mas com a total ausência de adesão à realidade os números apresentados não permitem uma análise adequada.

4. Na proposta de orçamento 2013 e grandes opções do plano, página 4, é igualmente referido que os documentos previsionais para 2013: *«Criam as condições para a continuidade da realização dos projetos municipais, tirando o máximo aproveitamento das oportunidades de cofinanciamento*

estabelecidas designadamente pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).» -----

Pelo exposto e pela ausência de aderência à realidade, o orçamento proposto não permitirá gerar os fundos disponíveis para fazer face ao ambicioso plano de investimentos apresentado, pelo que em nosso entender este objetivo não será conseguido.” -----

Continuou **Rui Gonçalves**: “ Eu também gosto de brincar com números, uma rúbrica que tenha um euro e passa para dois euros, tem um aumento de cem por cento. –

A despesa tem um decréscimo de 12,1% e a receita efetiva 10,5%. -----

A ribeira de Santa Catarina é da responsabilidade das Águas do Centro, o senhor deputado sabe disso, mas convém fazermos um bocadinho de teatro, percebo perfeitamente a sua ideia. -----

O cine – Teatro S. João infelizmente para nós não existe, nem há perspetivas no quadro comunitário que aí vem, haja essa perspetiva de financiamento, aquele equipamento que tanta falta faz ao Entroncamento, não custa cinco cêntimos recuperar aquele equipamento, não está nas possibilidades da Câmara recuperar aquele equipamento sem financiamento. -----

Quanto à revisão do PDM, posso falar um pouco mais à vontade, sou o representante desta Assembleia na comissão de revisão do PDM, isto compreende duas fases, a fase de diagnóstico e o modelo de ordenamento, estamos na primeira. -----

Já tivemos uma comissão anterior, fez-se a primeira reunião e depois os senhores da CCDR, nunca mais convocaram reunião nenhuma, não somos nós que temos de convocar é a CCDR, convocaram a primeira reunião, nós Assembleia emitimos um parecer e infelizmente ficou ali. -----

Convocou-se nova comissão, já houve a primeira reunião, fizemos seguir o nosso parecer outra vez, estamos a falar de exercício, águas, natureza, RAN, REN e tudo e mais alguma coisa e depois infelizmente, os pareceres não chegam e o assunto não anda para a frente. -----

As auditorias energéticas, a Câmara está em conjunto com a Comunidade Intermunicipal, num projeto que é o Médio Tejo 21, e o senhor deputado tem conhecimento disso, porque está como eu na Assembleia Intermunicipal, tem noção que existe um projeto de racionalização energética que está a decorrer, está-se a fazer o estudo e a implantação do mesmo, dizer que nada existe, parece-me um bocadinho exagerado. -----

Os transportes intermunicipais, ainda na última reunião em que o senhor teve presente, assim como eu, sabe que está a ser introduzido o transporte a pedido que está a ser feito em Mação, a próxima fase foi apontada para o início do trimestre de 2013, será efetivamente coordenar os transportes entre as várias componentes da Comunidade Intermunicipal. -----

Toda a gente sabe quais é que foram as consequências da Arte em Rede para os municípios que a ele aderiram e o Entroncamento também, foram custos elevadíssimos para espetáculos de qualidade, vou ser simpático, no mínimo duvidosa. -----

Temos um grupo de teatro no Entroncamento que tem feito um trabalho espetacular, com o apoio da Câmara Municipal na divulgação da cultura, não tem porventura a recetividade que merecia. -----

Respondendo ao senhor António Ferreira, ainda bem que nós assumimos a educação, antes de nós termos assumido a educação veja as escolas que tínhamos e veja os centros escolares que temos hoje, melhor fotografia não lhe posso dar. -----

Quanto ao valor da água, a água estava a ser subsidiada pela Câmara e que esse subsídio teve que acabar por lei.-----

Sobre o comércio, tenho falado com vários comerciantes e está a ser um sucesso, têm vindo pessoas fora do concelho que era um dos objetivos desta iniciativa, estão a recuperar devagarinho. -----

Acerca do Carril Dourado e do Dia Municipal do Idoso, estava no orçamento anterior, foram cancelados para se atribuir subsídios, somos a única Câmara do distrito que temos os subsídios em dia às coletividades, são opções.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira.**” A questão que eu coloquei das águas, se quisermos com as condições que temos, devíamos ter esses serviços mais baratos que noutros concelhos, porque temos melhores condições para oferecer mais barato, mas como estamos nas Águas do Centro e outras coisas, não o podemos fazer porque estamos sujeitos aos preços que eles fazem, no entanto, as Águas do Ribatejo fazem valores mais baixos que os nossos. -----

Tivemos PDM durante cerca de dez anos, alguns concelhos ainda conseguiram fazer novo PDM, nós tivemos oportunidade de reformular o nosso PDM, não o fizemos, nos últimos anos não houve vontade política por parte do governo que houvesse novos PDM's e se formos a ver pelo País todo, não há PDM's revistos, não há porque não interessa, faz parte da política atual.” -----

Interveio **Carlos Amaro:** “ Senhor deputado Rui Gonçalves, sei que realmente quis fugir das percentagens, mas isso só para justificar o quanto elas são importantes. ---

Na parte da receita, no ano de 2012 noutras receitas correntes, foram executadas trinta mil euros e temos orçamentado para 2013, dois milhões e trezentos mil euros, sete mil e trezentos por cento a mais. -----

Na parte de venda de bens de investimento, tivemos realizado em 2012, quarenta e cinco mil euros e temos orçamentado para 2013, três milhões e oitocentos mil euros, oito mil e duzentos por cento mais. -----

Só para lhe referir, que as percentagens são importantes e também, estas percentagens são empoladas e injustificadas.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia:** “ Durante muitos anos nesta Assembleia Municipal, temos tido a capacidade de usar de uma linguagem que não assume de uma determinada terminologia que eu gostava de termos a mesma prática. ---

Já hoje aqui ouvi por mais que uma vez, algumas expressões que não são habituais nesta casa e que eu gostava que continuassem a não o ser.” -----

Passou-se de seguida à votação do ponto número dois. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Orçamento para 2013 e as Grandes Opções do plano para o Período de 2013-2016, bem como os Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2013**” foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, nove votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e um voto da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Partido Socialista. -----

Não votou Mário Eugénio por ainda não se encontrar presente. -----

PONTO NÚMERO TRÊS ----- **ISENÇÃO DE TAXAS DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM MOBILIÁRIO URBANO** -----

Interveio **Fátima Búzio:** “ Foi no ano de 2009 que tomámos a iniciativa de propor isenções extraordinárias para as taxas de publicidade e ocupação de espaço público, foi aprovado por esta Assembleia. -----

Em 2010 e 2011, insistimos mas o PSD veio introduzindo limitações progressivas. Primeiro cortou nas isenções pela ocupação de espaço público, depois quis limitá-las a empresas sediadas no Entroncamento, algo a que logo rejeitámos. -----

Em fevereiro deste ano a Provedoria de Justiça veio a dar razão a uma empresa que reclamou por não ter beneficiado desta isenção, por não estar sediada no Entroncamento. -----

A proposta apresentada a esta Assembleia é a mesma que o Bloco de Esquerda levou à reunião de Câmara e que foi aprovada. -----

Trata-se de isenções extraordinárias com a finalidade de apoiar as pequenas e médias empresas. -----

Lamentamos que ao fim de quatro anos a situação económica ao invés de melhorar, se tem vindo a agravar, nada foi alterado, pelo que votaremos favoravelmente esta proposta apresentada.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “ Obviamente que esta proposta é recuperada do orçamento anterior. -----

Foi exatamente uma proposta feita pelo senhor vereador Carlos Matias e que foi aceite pelo Partido Social Democrata. -----

Quanto àquela polémica que se referiu e que nós aqui discutimos e posterior queixa ao Provedor de Justiça, continuo a dizer a mesma coisa que disse na altura, continuo a manter exatamente a mesma posição que tinha, para com o comerciantes e todos aqueles que estão sediados no Entroncamento, tivemos que alterar nesta Assembleia a decisão que foi tomada por uma decisão posterior do Provedor de Justiça, mas a nossa decisão continua a ser exatamente a mesma.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Nós votaremos favoravelmente apesar de no passado termos votado algumas vezes contra, pelo motivo de excluir os comerciantes com sede fora do concelho. -----

Já agora, se ofendi alguém com a minha linguagem, peço imensa desculpa pelo facto.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Isenção de Taxas de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Mobiliário Urbano**”, foi aprovado com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Partido Socialista. -----

Não votou Mário Eugénio por ainda não se encontrar presente. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DO ENTRONCAMENTO -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Este documento fornecido a todos os senhores deputados, não é a totalidade do documento, porém, há um conjunto de dados a que todos os senhores deputados poderão ter acesso no compromisso óbvio da confidencialidade dos dados.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Fala-se em órgãos de comunicação social e depois só se fala na Rádio Voz, penso que quando há um assunto com gravidade, temos que avisar a nossa rádio e as outras rádios nas redondezas, mas isto é uma questão pequena. -----

Há uma outra questão que devemos ter em atenção que é a preparação das pessoas para a utilização deste instrumento, o instrumento pode estar uma maravilha, pode estar

com todos os indicadores e dados, mas se as pessoas não estiverem preparadas no momento certo, quando é necessário imediatamente.” -----

Referiu **Carla Roma:**” Um documento deste tipo obedece a determinado enquadramento legal e a sua análise crítica atendendo à elevada componente técnica que o caracteriza, exige conhecimentos que também nos ultrapassa e portanto, resta-nos confiar nos técnicos. -----

O plano de emergência é um documento que tem um caráter preventivo, que se pretende contemple os riscos existentes e que defina a estrutura organizativa para atuação em caso de emergência. -----

Este documento que nos é apresentado no geral é um documento esclarecedor, que descreve inclusivamente a metodologia que conduziu à sua construção, é um documento que se quer de leitura simples, de simples intervenção também, que seja flexível e essencialmente dinâmico. -----

Para que isto aconteça, e tal como o documento refere em mais do que um momento, estes planos têm que ser testados periodicamente e objeto de permanente atualização, assim como vem mencionado no próprio plano e têm que refletir ao longo dos tempos, evolução dos métodos, das equipas, de acordo com a realidade do concelho e com os meios que vão estando à disposição. -----

De facto, é com preocupação que nós percebemos que o antigo plano data de 1998 e não tendo sofrido alterações até à presente data, e que o tenha agora aparentemente, e da leitura que podemos fazer do documento, apenas por imperativos legais. -----

Esperamos que este plano, contrariamente ao anterior, e da forma que prevê o próprio texto, os diferentes exercícios que se preveem fazer no âmbito do plano, que se transforme contrariamente ao anterior, num plano dinâmico, que seja conhecido pelas pessoas, pelos principais intervenientes, que muitas pessoas estejam preparadas para ele e que não termine numa qualquer gaveta deste município.” -----

Referiu **Rui Gonçalves:**” O anterior plano de 1998 estava desatualizado pelo crescimento da cidade, felizmente que foi feito este plano. -----

Efetivamente a senhora deputada refere e muito bem, que este plano tem que ser testado, a seu tempo, penso que a Proteção Civil tem isso em mente de fazer esse testes deste plano.” -----

Não existindo mais intervenções, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Plano Municipal de Emergência do Entroncamento**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Não votou Mário Eugénio por ainda não se encontrar presente. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DA REDE DE FIBRA ÓTICA MUNICIPAL -----

Pediu a palavra **Daniel Luís:**” O investimento está feito, concordamos com a concessão, embora achemos que se deva salvaguardar o interesse público, ao contrário do que tem acontecido com diferentes projetos. -----

Prosseguiu **António Ferreira:** “ Este assunto já não é novo aqui e as questões são as mesmas. -----

Da análise que fizemos a este processo tirámos algumas conclusões: -----

Uma das conclusões é que a Câmara Municipal partiu para um projeto de risco elevado, sendo que, não tem vocação, nem competências técnicas para a sua gestão. -----

A saída que foi encontrada foi estabelecer um contrato de concessão, que do nosso ponto de vista e daquilo que lemos, é um contrato problemático tendo em conta a falta de experiência que existe em situações idênticas que já tínhamos identificado e referenciado no País. -----

Nós estamos dispostos a contribuir para minimizar potenciais prejuízos, já agora acrescento aquilo que disse na altura, nós neste momento estamos na mão de um grupo que domina esta área que é a PT. -----

Neste caso, nós vamo-nos abster da mesma forma como fizemos na altura.” -----

Interviu **Luís Grácio**: “ O Bloco de Esquerda desde o início que teve contra este processo e alertando a falta de ponderação que todo este processo tem, acho que é só de lamentar. -----

Quer os alertas do Bloco de Esquerda e de outros, este assunto já foi a reuniões de Câmara mais de uma dúzia de vezes, o que é impressionante, o Bloco de Esquerda sempre se opôs a isto por uma razão muito simples: -----

A Autarquia não está vocacionada para gerir um processo destes, é um processo complexo, mesmo as empresas de ponta na área das telecomunicações, nem todas pegam neste processo, devem saber que há muita gente a trabalhar em telecomunicações mas nem todas as empresas fazem instalação de fibra, porque não só o custo dos equipamentos necessários para este tipo de atividades é extremamente caro, como a tecnologia é complexa e difícil, aliás, veio-se a demonstrar que o processo esteve parado porque houve um cabo que ficou danificado, estamos a falar de mil e quinhentos metros de fibra, cento e quarente e quatro fibras. -----

Imaginem se este processo a nível de tecnologia fosse comum a todas as empresas que exploram esta atividade, iam todas à falência. -----

Isto acontece porque de facto o domínio tecnológico destas matérias é complexo, é difícil e devia ter sido acautelado. Ou seja, os cuidados que o Bloco de Esquerda aqui foi manifestando, as reservas, inclusivamente o excesso de otimismo que todo este processo demonstrou da parte dos serviços da Câmara e do Executivo, devia ter sido acautelado e mais, deviam ter ouvido quem de facto está dentro da atividade e conhece as vicissitudes destes processos. -----

A própria análise de custos de manutenção, peca por um conjunto de incoerências, quando se fala que o custo mensal da manutenção das oito horas às vinte horas, são dois mil euros mensais, está-se a pressupor que vamos ter pequenos cortes, se tivermos um corte bastante grande, não há nada que supere isso, aliás, a rede fica parada e não sabemos depois como é que ela vai ser recomposta. -----

O Bloco de Esquerda apesar de se ter manifestado sempre com uma certa reserva em relação a todo este processo, quando o processo ficou decidido pela autarquia, acabou e justamente por ter uma posição ponderada no sentido de não a inviabilizar e não criar problemas ao desenvolvimento do processo, nomeadamente a sua instalação e a sua exploração. -----

A partir do momento que esta assembleia decidiu por maioria avançar com o processo de instalação da rede, o Bloco de Esquerda tomou uma posição que foi a de viabilizar o processo de maneira a que ele não tenha engulhos pelo caminho. -----

De qualquer forma, alerta mais uma vez, que apesar das alterações significativas que o processo acabou por ter, que se devia continuar a ter cuidados e não continuar com o mesmo otimismo que todo o processo é informado.” -----

Prosseguiu **Rui Gonçalves**: “ Desde o início que andamos a misturar alhos com bugalhos, a informação que é prestada pelo chefe de divisão, que é responsável pela área tecnológica, a meu ver é clara, infelizmente não foi clara para certas pessoas. -----

O senhor deputado quando diz que a rede vai ter uma manutenção de dois mil euros, isso era se fosse a câmara a fazer essa concessão, se fosse a câmara a gerir essa rede, o objetivo nitidamente não é esse. -----

Vamos chegar simplesmente a um contrato que foi proposto à câmara de telecomunicações e para gestão de rede para ligar cinco escolas e a Câmara Municipal do Entroncamento, que pressupunha o pagamento (e agora vamos chamar os bois pelo nome) à Portugal Telecom de cem mil euros por ano. -----

Temos que separar a construção da rede e a concessão da rede, são coisas completamente diferentes, não se podem misturar e as pessoas têm a tendência a misturar isto e as coisas não funcionam assim, a câmara com um investimento de 49 650 euros, corresponde a 15% do valor total, isto foi participado a 85%, constrói uma rede, usa uma rede que está a ser usada neste momento, com custo residual de manutenção, porque é a nossa rede, não estamos a falar de concessões de rede, para vinte edifícios. -----

Por isso o técnico diz e muito bem, se isto acabasse neste momento, não vinha mal ao mundo nenhum, porque este custo é para sempre, eventualmente pode-se quebrar a rede, pode haver uma obra que quebre a rede, tem que se reparar, cem mil euros por ano dá para isso tudo, com uma coisa que nunca é nossa e neste momento esta rede é nossa, é da Câmara Municipal do Entroncamento. -----

Não temos custos de comunicações, quando se fala de poupança, falamos de poupança no ar e depois quando temos projetos que efetivamente denotam poupança, criticamos, e aí senhor deputado, tenho de dizer que infelizmente não percebo a sua posição.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ Não vou entrar aqui em discussão sobre a questão da proposta, falou nos cem mil euros que eu não tinha conhecimento. -----

Fui durante uma série de anos gestor comercial da PT Comunicações, apresentei muitas propostas de rede, algumas delas para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que todos devem saber, está ligada num anel de fibra ótica, são valores que não tem nada a ver com o que está a falar. -----

A autarquia ter os seus edifícios interligados, não tenho nada contra, pelo contrário, acho que é necessário a modernização dos serviços, o avanço tecnológico cada vez é maior e nós temos que acompanhar os tempos, uma coisa é fazer isso, outra coisa é estar a pensar que se vai fazer uma rede e que vai ser concessionada. -----

Sinceramente, vou dar o benefício da dúvida de que haverá grandes interessados na concessão, tenho dúvidas porque o negócio, de grosso modo, não se prende com esse tipo de concessões.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou à votação do ponto cinco. -----

VOTAÇÃO DO PONTO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Alteração das Condições para Concessão de Rede de Fibra Ótica Municipal**”, foi aprovada por maioria com treze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e nove abstenções, sendo cinco do Partido Socialista, três do Bloco de Esquerda e uma da Coligação Democrática Unitária. -----

Não votou Mário Eugénio por ainda não se encontrar presente. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

PROPOSTA DE LEI 104/XII/2ª -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Esta proposta de lei baixou à discussão na especialidade por um período de trinta dias, sem votação. -----

Tenho sérias preocupações em relação a esta proposta de lei e à sua transformação em lei, ela visa enterrar definitivamente a regionalização. -----

Como Associação de Municípios vem subverter tudo o que é os princípios do associativismo nos municípios, tem também uma outra questão que é, não há independência em termos de associativismo porque há um requisito maior em termos de maior quantidade de habitantes numa Comunidade Intermunicipal, aliás a nossa do Médio Tejo já está em conversações com mais sete concelhos do Pinhal Interior e isto vai descaraterizar, um pouco a nossa comunidade, como nós a conhecemos até ao momento. -----

Por outro lado, as competências que o governo tem intenção de legar nas Comunidades Intermunicipais e na Áreas Metropolitanas, fazem delas um pouco aquilo que são as CCDR's neste momento, que é um tentáculo do governo a nível das regiões do interior do país, porque quem vai ter o papel de fiscalizador são os presidentes de câmara, porque não vai haver nenhum órgão, nenhuma assembleia. -----

A nossa preocupação em relação a estas questões de mais um ataque à autonomia das Câmaras Municipais, e portanto vimos com maus olhos esta nova filosofia, estas novas torturas.” -----

Proseguiu **Luís Grácio** que apresentou a seguinte Moção: -----

MOCÃO -----

Pela Democracia Local -----

A Proposta de Lei n.º 104/XII, do Governo, vem propor um novo regime jurídico para os órgãos das freguesias e dos municípios e para as áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais (AM's/ CIM's). -----

No que tange às atribuições e transferência de competências dos órgãos dos municípios e freguesias, a Proposta de Lei n.º 104/XII permite que a coberto de uma chamada “cláusula geral” se verifique uma transferência unilateral (não negociada) de competências para os órgãos municipais. Como sublinha a ANMP, tal “permitiria alijar a Administração Central de responsabilidades que são do Estado (em sentido estrito)” O atual sistema de governo dos municípios consagra a eleição direta da Câmara e Assembleia Municipal, o que deveria ditar um maior equilíbrio na repartição de competência entre estes órgãos. -----

Por outro lado, o artigo 239.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa é claro ao prever que as autarquias locais compreendem na sua organização uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e de um órgão executivo perante ela responsável. -----

No entanto, a eliminação do poder de destituição da câmara, às mãos do legislador ordinário, veio consolidar a posição – constitucionalmente muito questionável – no sentido da independência do executivo perante a assembleia e, segundo algumas opiniões, “a recondução desta ao limiar da irrelevância”. -----

Ora, a Proposta de Lei n.º 104/XII ainda agrava este caminho, ao eliminar a competência expressa das Assembleias Municipais e das Assembleias de Freguesia para aprovar moções de censura aos respetivos órgãos executivos, independentemente dos seus efeitos. Esta é uma má opção, já rejeitada pela ANMP.

Prevê ainda a Proposta de Lei n.º 104/XII novos poderes tributários propostos para as AM's/ CIM's, que passam a dar obrigatoriamente parecer às assembleias municipais em matéria de fixação de taxas, impostos e exercício de poderes tributários, condicionando o papel dos membros das assembleias municipais. A sua autonomia e a sua legitimidade, resultante de eleição direta, são assim condicionadas. -----

Acompanhamos a consideração, por parte da ANMP, de que esta “sujeição a um parecer de entidade terceira relativamente ao exercício de uma competência própria

constitui uma violação dos princípios constitucionais de descentralização, da autonomia administrativa, da autonomia patrimonial e da autonomia financeira dos Municípios". -----

Ao propor este novo regime jurídico, a Proposta de Lei n.º 104/XII vem estabelecer um novo modelo de governação para as AM's/ CIM's, cuja grande novidade é a existência, como órgão executivo, de uma Comissão Executiva, remunerada, e indiretamente eleita por um colégio eleitoral, que se dissolve após a eleição.-----

Verifica-se, assim, uma regressão da participação na gestão executiva das AM's/ CIM's por parte dos Municípios e dos seus Presidentes de Câmara. Como defende a ANMP, a gestão executiva das AM's/ CIM's tem de estar fortemente comprometida com a gestão executiva dos municípios associados. Não pode ficar refém de quem, uma vez eleito, não responde politicamente perante ninguém.-----

Já o órgão deliberativo, passa a ser o Conselho Intermunicipal, composto exclusivamente pelos Presidentes de Câmara dos municípios que integram a área metropolitana/comunidade intermunicipal, extinguindo-se, por esta via, as atuais assembleias metropolitanas/intermunicipais.-----

A extinção das assembleias metropolitanas/intermunicipais, nos moldes propostos, diminuirá a democraticidade do sistema de governo das AM's/ CIM's, por três razões fundamentais. -----

Em primeiro lugar, porque considerando a igual legitimidade democrática das câmaras municipais e assembleias municipais, aliás resultantes de eleições distintas, mas por regra simultâneas e com o mesmo universo eleitoral ativo, as assembleias municipais ficarão arredadas de uma intervenção permanente, através dos seus membros, na governação das AM's/ CIM's. -----

Em segundo lugar, porque a atual representatividade das assembleias metropolitanas/intermunicipais, designadamente no que concerne às diferenças populacionais entre municípios, é totalmente abandonada, passando o conselho metropolitano/intermunicipal, enquanto exclusivo órgão deliberativo, a assegurar uma igual representação de cada município, independentemente da respetiva população.---

Finalmente, em terceiro lugar, porque a eleição da Comissão Executiva por um colégio eleitoral distinto do órgão deliberativo e fiscalizador diminui a responsabilidade política daquela. -----

Acrescem a estas três razões fundamentais outros aspetos importantes que atestam a diminuição da democraticidade do sistema de governo proposto para as AM's/ CIM's:

- a reserva de iniciativa para a apresentação de listas à comissão executiva; -----
- a não proporcionalidade da eleição das comissões executivas; -----
- a regressão da proporcionalidade na definição do colégio eleitoral, face à votação direta para as assembleias municipais.-----

Todo este défice democrático proposto é tanto mais grave quanto maior é o leque de atribuições e competências das AM's/ CIM's, de resto um dos objetivos da Proposta de Lei n.º 104/XII. -----

Aliás, neste campo, especial cuidado merece a nova competência regulamentar com eficácia externa e os poderes tributários propostos para as AM's/ CIM's. -----

O aumento das atribuições e competências das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais exige, sem dúvida, uma maior legitimidade democrática dos seus órgãos, e um reforço do equilíbrio do papel das assembleias municipais, relativamente ao papel das câmaras municipais. A Proposta de Lei n.º 104/XII faz exatamente o contrário. -----

Como assinala a ANMP, sendo as AM's/ CIM's tratadas "como pessoas coletivas de população e território, isto é, como Autarquias Locais, com atribuições que se sobrepõem às dos Municípios e Freguesias" deveriam "legitimar-se em sufrágio direto e universal". -----

É, realmente, tempo de dotar de eleições diretas alguns dos órgãos das AM's/ CIM's, em nome do reforço da Democracia Local. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento delibera: -----

-
- a) Expressar a sua preferência por um reforço das competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais; -----
- b) Expressar o seu desacordo com a supressão das competências das assembleias de freguesia e das assembleias municipais para a aprovação de moções de censura aos respetivos órgãos executivos; -----
- c) Expressar a sua discordância quanto à partilha de competências do exercício de poderes tributários entre municípios e áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais; -----
- d) Expressar o seu desacordo com o sistema de governo proposto para as AM's/ CIM's na Proposta de Lei n.º 104/XII; -----
- e) Expressar o seu desacordo com a forma como é proposta a eleição da comissão executiva, subalternizando o poder executivo municipal; -----
- f) Expressar o seu desejo de um maior papel das assembleias municipais na governação das AM's/ CIM's, relativamente ao modelo proposto na Proposta de Lei n.º 104/XII; -----
- g) Expressar a sua preferência por um sistema de governo das AM's/ CIM's que assegure, ainda que parcialmente, a eleição direta dos órgãos representativos das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais; -----
- h) Expressar a necessidade de assegurar, por via da proporcionalidade, a participação das várias forças políticas presentes no panorama autárquico; -----
- i) Associar-se, em termos genéricos, à rejeição deste diploma por parte da ANMP; -----
- j) Aprovar esta deliberação em minuta, e com efeitos imediatos, e proceder à sua remessa a Suas Excelências a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, o Secretário de Estado da Administração Local e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República. -----

Continuando no uso da palavra referiu: “ A moção apresentada é explícita. -----

Gostava de tecer algumas considerações, algumas delas já foram referenciadas pelo senhor deputado António Ferreira. -----

A apreciação política acerca desta proposta de lei, ela foi retirada para a respetiva comissão sem votação, que acho importante, vamos ver o resultado, não estamos otimistas em relação a grandes alterações que venham a melhorar a proposta porque ela é de facto muito má na nossa opinião, mas pelo menos fica a possibilidade de ela poder ser alterada em sede de comissão. -----

Esta proposta de lei vem revogar partes significativas da Lei 69/99, que regula o regime jurídico das autarquias locais, é uma proposta apresentada pelo governo que assenta num conceito centralizador e presencia lista reduzindo as competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais, designadamente pondo fim à moção de censura, outorga principal importância às áreas metropolitanas e às comunidades intermunicipais, reconhecidas como entidades intermunicipais. -----

Esta proposta já mereceu a reprovação unânime de todas as forças políticas no âmbito da Associação Nacional de Municípios, aliás, a nossa moção baseia-se em muito do parecer da Associação de Municípios, que nos pareceu bastante contundente e demolidor relativamente à proposta de lei. -----

Além de alguns aspetos lesivos da democracia local e regional, a proposta de lei propõe-se acabar com a assembleia intermunicipal, ela própria já é eleita indiretamente nas assembleias municipais, não há uma votação direta no âmbito da comunidade intermunicipal para a eleição dos membros da assembleia intermunicipal, sendo apesar de tudo, minimamente representativa da pluralidade política das diversas comunidades, e destina em função da representatividade atribuídas às populações de cada concelho, e que será substituída pelo tal conselho intermunicipal restrito, composto apenas pelos presidentes de câmara e sem terem em conta as diferentes sensibilidades políticas

representativas das originalidades populacionais existentes entre os diversos e os diferentes municípios. -----

Por sua vez, o órgão executivo é chamado a comissão executiva intermunicipal muito restrita desse órgão, sairá um colégio eleitoral a constituir entre as diversas assembleias municipais, este colégio eleitoral extingue-se automaticamente após a eleição do órgão, não cabendo quaisquer responsabilidades ao secretário executivo, ele não responde perante ninguém, de referir ainda, que o poder para a apresentação de listas para a comissão executiva intermunicipal é exclusivo do presidente da assembleia municipal com o maior número de mandatos atribuídos ao mesmo partido, ou seja, um processo extremamente limitado e impeditivo de surgimento de alternativas. -----

A proposta de lei do governo pretende transferir para as entidades intermunicipais poderes tributários dos municípios, e salvo melhor opinião, viola no nosso entendimento e do entendimento da Associação Nacional de Municípios, o artigo 245 número dois da Constituição da República Portuguesa e retira os que foram eleitos diretamente pelas populações competência para definir a política fiscal municipal. -----

Segundo a Associação Nacional de Municípios, a sujeição a um parecer de uma entidade terceira, relativamente ao exercício de uma competência própria, constitui uma violação dos princípios constitucionais de descentralização, de autonomia administrativa, patrimonial e financeira dos municípios. -----

Um dos argumentos mais frequentemente esgrimidos contra a regionalização, que é um imperativo constitucional, é de que criaria mais despesa em cargos intermédios, agora é o próprio governo a propor uma choruda renumeração mensal para os secretários executivos da Comunidades Intermunicipais. -----

Na nossa opinião, esta lei deve sofrer profundas alterações e esta proposta de moção que aqui apresentamos e que queremos fazer chegar à Assembleia da República, partidos políticos representados, à comissão do poder local, em certa medida o que nós aqui entendíamos, é que podia exprimir a posição, a opinião da Assembleia Municipal do Entroncamento. “ -----

Durante a intervenção de Luís Grácio, compareceu Mário Eugénio. -----

Continuou **Jaime Costa**: “ A bancada do Partido Socialista sobre esta matéria tem a dizer que neste particular, importa salientar que a dimensão das circunscrições intermunicipais, constitui uma dificuldade real no domínio sub-regional principalmente a constatação de que algumas das entidades intermunicipais não têm hoje uma dimensão adequada para a persecução das respetivas atribuições, nomeadamente no que concerne à articulação com os diversos municípios, cuja atividade envolve uma efetiva interdependência e correlação, logo, potencialmente geradora de sinergias e de ganhos de escala, porque não a regionalização, a verdadeira solução geradora de sinergias e de ganhos de escala, que insistentemente tentam por na gaveta em detrimento do parente pobre da gestão descentralizada, as freguesias. -----

O problema constatado não tenta solucionar-se sobre esta forma, aliás, constitui um retrocesso democrático enorme, retirar competências que nada têm relacionadas com a interdependência com a relação entre municípios a órgãos democrática e diretamente eleitos para os atribuir a órgão eleitos em colégios eleitorais. -----

Reforçando esta ideia, na página dois deste documento, é referido o seguinte: “ *No entanto, também urge agilizar os fluxos decisórios, conferindo aos diversos órgãos autárquicos os poderes compatíveis com a respetiva natureza.* -----

Para além disso a insistência deste governo na política da régua e esquadro, pode conduzir à total desarticulação socioeconómica dos concelhos integrantes das estruturas intermunicipais, como estabelecer correlação interdependência em concelhos tão

tão diferentes, assentando em concelhos completamente diferentes e tão dispersos geograficamente.” -----

Interveio **José Baptista.**” Analisando a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, denominada pela democracia local, fazer três apontamentos: -----

Primeiro, a lei que já aqui foi apresentada e debatida nesta sala há cerca de um ano e pouco atrás, quando foi apresentado o celebre documento verde e depois sofreu uma série de alterações, refere-se obviamente, à parte das Comunidades Intermunicipais e autoridades supramunicipais. -----

O projeto que está subjacente às Comunidades Intermunicipais, é exatamente dotá-las de maior capacidade de atuar em determinadas áreas, dando competências do estado central, para o estado local e dando competências dos municípios para as freguesias, que não as têm hoje em dia se não for pela benevolência de alguns Presidentes de Câmara.

Quando se chega a altura de se decidir, o que é que é uma Comunidade Intermunicipal e o que vai fazer, percebe-se que afinal aquilo que parecia algo pacífico a certa altura, não é minimamente pacífico. -----

Creio que já terei visto os tópicos principais desta moção em algum lado, tenho aqui algumas questões que gostaria de levantar: Referem-se que se acabam com as moções de censura dos respetivos órgãos executivos, elas já não tinham efeito nenhum.

Depois referem-se à comissão executiva da CIMT e fala-se das Assembleias Intermunicipais, o senhor deputado pertence a uma Assembleia Intermunicipal tal como eu e todos nós sabemos como é que funciona a Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, nós vamos lá de três em três meses, recebemos um relatório sobre como é que está o andamento das propostas dos financiamentos de crédito FEDER, somos informados da situação atual, além de mais meia dúzia de coisas, e o senhor Presidente do Conselho Executivo, tenta mais ou menos dizer o que lhe vai na alma. -----

Esta Comunidade Intermunicipal é das melhores que funciona no país, se isto é o que funciona melhor, imagine o que é o funcionar pior. -----

Quando se diz que se termina com o órgão deliberativo, e como é que é a elaboração da lista do novo executivo que passa a gerir, quem me dera a mim, é uma opinião muito pessoal, que os novos conselhos das Comunidades Intermunicipais, funcionassem como funciona a CCDR. -----

Nesta Assembleia Municipal, aprovámos há uns tempos uma autorização prévia para o município poder fazer uma série de projetos, nós votámos a favor, o Partido Socialista votou contra. Na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, o conselho executivo, presidido por um socialista, pediu exatamente a mesma autorização prévia, nós votámos a favor, o Partido Socialista, na pessoa do senhor deputado Carlos Amaro, votou a favor, exatamente a mesma coisa, não há nada que funcione assim. -----

Ao ler esta moção, obviamente que os princípios são absolutamente compreensíveis, alegam princípios constitucionais que acham que estão a ser violados, alegam ideias que estão subjacentes ao poder local desde os seus primórdios cargos que não podem ser alterados, se nós mantivermos o poder local tal como ele está hoje, e como ele foi desde a sua conceção, se calhar o poder local não se aguenta por muitos anos. -----

Sou absolutamente a favor, de que o estado central dê competências próprias às autarquias para funcionarem e que, as autarquias deem competências próprias às freguesias, para elas funcionarem decentemente. -----

A falta de norte na área é tal, que o Conselho Executivo do Médio Tejo votou a agregação de quatro municípios do Pinhal Interior, depois pensou em agregar mais uns tantos que chegava até Castelo Branco e entretanto no dia dezanove de dezembro,

ontem, fez um ofício ao Presidente da CCDR, para dizer que afinal todas as decisões que tinham tomado, inclusivamente Castelo Branco, já não querem nada. -----

Se o próprio Médio Tejo não se consegue entender, porque Ourém, que é da mesma cor política com o Presidente da Comunidade Intermunicipal, diz que sai imediatamente se Castelo Branco entrar, que é da mesma cor política, e é o senhor António Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas e Presidente da Comunidade Intermunicipal, que diz, visto que Ourém queria sair e não havia unanimidade, então Castelo Branco não entra, e esta é a que funciona melhor do país todo. -----

Apesar de compreender os motivos que são apresentados pelo Bloco de Esquerda na sua moção, e deixar na sua perspetiva são mais que válidos, porque é aquilo em que acreditam e têm todo o direito disso, obviamente, como deverão compreender, não os acompanharemos nesta jornada de luta que elencam nos pontos na última página da moção.” -----

Referiu **António Ferreira.**” Em relação às discordâncias de Ourém, existem também discordâncias no PSD. -----

A moção do Bloco de Esquerda por aquilo que eu vi, vai muito em conta a documentos da Associação Nacional de Municípios e da sua própria posição, e aqui, o PSD também tem uma importância muito grande e um peso grande na Associação de Municípios, e o documento também deve ter algum trabalho de elementos do PSD. -----

Os nossos princípios são outros, são os princípios da defesa dos interesses das populações, o poder democrático local com a participação das populações, na gestão e na participação e nós vimos isso em muitas freguesias, o papel que têm as populações no desenvolvimento local organizado pelas suas freguesias.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Obviamente que não me passa pela cabeça, que algum destes deputados que está aqui, não tenha também nos seus princípios a vontade clara da defesa dos interesses das populações. -----

Os nossos caminhos não são iguais, mas só acredito que estejamos aqui exatamente, porque acreditemos que é possível defender os interesses e o futuro das nossas populações.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio:** “ Há um aspeto muito importante de todo este processo, que em princípio poderia ser bastante vantajoso e benéfico para a atividade autárquica e intermunicipal inclusivamente, tem a ver com sinergias de escala que a atividade intermunicipal pode proporcionar e nesse aspeto, acho que é de todo o interesse com um documento destes ou outro que se fale, seja aprofundado, discutido, aprovado e que sejam feitas alterações, etc. -----

De facto há vantagens significativas, nomeadamente nas centrais de compras, que permitam que diversos organismos, diversos municípios, aproveitem a capacidade de escala para poderem negociarem de uma forma mais favorável os seus projetos de investimento. -----

A questão principal desta moção prende-se com a democracia local e a representatividade das populações. -----

Este documento, de facto o António Ferreira tem razão, tem muito a ver com a posição da Associação Nacional de Municípios, são observações pertinentes, justas e que deviam ser ponderadas. -----

Sobre a moção de censura, a moção de censura poderá ter ou não reflexos práticos, mas há uma coisa que ninguém pode retirar, que é censura política, é sempre importante e portanto, a figura da moção de censura tem toda a razão de ser, ela vai ser banida de facto, conforme está feita esta proposta. -----

Se as CIM funcionam mal, extinguem-se, podem haver muitas críticas ao funcionamento das comunidades intermunicipais, às assembleias, às freguesias, etc., uma coisa são as críticas, e outra coisa são fazer correções às insuficiências, outra coisa são aniquilá-las. -----

Ouve casos de municípios que receberam responsabilidades a nível escolar, mais amplos do que aqueles que estão hoje vertidos no Entroncamento e rejeitaram-nos à posterior, a única autarquia que faz piloto é Cascais, mas outras que receberam a mesma situação já as mandaram para trás.-----

É preciso olhar para o que são a transferência de competências, uma coisa é transferir competências, outra coisa é empurrar competências. -----

Da intervenção que o PSD acabou de fazer, retirei uma questão que me deixou de uma certa forma preocupado, acho que se desviou um pouco do sentido da moção, a moção tem um caráter de reforço das competências da democracia local e a leitura que foi retirada, não me pareceu a mais adequada e sinceramente, parece-me que o mais importante que nós temos aqui a fazer nesta fase do processo, é mandar a nossa opinião e daí a nossa moção, uma opinião que influencie, que faça pensar quem vai tomar a decisão, no sentido de modificar o sentido que esta proposta tem.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOCÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada por maioria com onze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções, sendo uma do Partido Socialista e outra da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

LISTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Este documento respeita a uma informação que a Câmara nos presta e portanto, é apenas para informação na sequência da nossa deliberação anterior, que autorizava o assumir de compromisso.” -----

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao ponto número oito. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro:**” À semelhança do que já fiz aqui nesta assembleia, mais uma vez hoje volto a reiterar a minha postura, com este orçamento eu não passo cheques em branco. -----

A minha decisão é votar contra e prestarei no final uma declaração de voto para que conste em ata.” -----

Interveio **José Baptista:** “ A autorização genérica para dispensa de autorização prévia que nos vem aqui à votação, resulta de planos de programas aprovados e encargos que não excedem o limite de 99 759,58 euros. -----

Portanto, obviamente que a proposta só pode ser aprovada, porque já aqui aprovámos uma nesse sentido e portanto, não mudamos de opinião. -----

É importante que se tenha noção, que o executivo tem obrigação de enviar a esta assembleia, a cada três meses, a listagem dos compromissos que foram assumidos pelo

executivo ao abrigo desta autorização genérica prévia, e que, sejam respeitados os requisitos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Mais há a dizer ainda, que registo uma vez mais, e já o disse aqui hoje e volto a repetir, o senhor Carlos Amaro, fê-lo na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo de uma forma, aqui fá-lo de outra, na Comunidade aprovou sem qualquer problema, aqui apresenta uma declaração de voto, parece-me estranho.” -----

Respondeu **Carlos Amaro**: “ Não lhe tenho de justificar aquilo que faço em consciência.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Não é proibido mudarmos de opinião. -----

Dar autorização prévia com o conteúdo desta lei, da forma como ela está, é nós continuarmos a fazer exatamente a mesma coisa que fizemos da última vez. -----

A lei ainda não foi regulamentada, há que regulamentá-la, nós não podemos andar nestes processos que impedem as câmaras de terem um funcionamento normal. -----

Vamos votar novamente contra, aliás, temos aqui a senhora Presidente da Assembleia Municipal, que também é deputada, sensibilize aos outros deputados, que rapidamente façam a regulação desta lei.” -----

Respondeu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Sendo certo que, normalmente a regulamentação da lei é feita por decreto-lei ou portaria e portanto, não compete à Assembleia da República, mas ao Governo, não posso obviamente obrigar o Governo a fazer isso, agradeço a sugestão.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

O ponto número oito “**Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal**”, foi aprovada por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Partido Socialista. -----

Carlos Amaro apresentou a seguinte declaração de voto: “ Ao abrigo da Lei 169/99, de 18 de setembro, que regula as competências e o funcionamento dos órgãos do município e das freguesias, o nº 3, do artigo 93º, diz: “ *O registo na ata do voto vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.*” -----

Porque no exercício das minhas funções a que estou vinculado e no cumprimento do princípio da legalidade e do direito dos cidadãos a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos praticados ou pelo órgão a que pertença, pelo artigo 4º, do nº 1, alínea a), da Lei nº 29/87, de 30 de junho, e porque só o registo de voto vencido isenta o emissor da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada, artigo 93º da lei anterior referida, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, votei contra a subscrição da proposta de Autorização Prévia da Assembleia, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, hoje submetida à apreciação e discussão.” -----

Pediu a palavra **Célia Leal**: “ A subscrição do voto é individual de cada um dos membros da bancada do PS, ou seja do Daniel, Carina, Célia Leal e Jaime Costa.” -----

Prosseguiu **Fátima Búzio**: “ O Bloco de Esquerda subscreve também a declaração de voto apresentada.” -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL -----

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que referiu: “ No que diz respeito ao orçamento, há aqui um elenar de situações apresentadas pelo Bloco de Esquerda e que o seu vereador na câmara, teve o cuidado de apresentar essas propostas, por mim aceito que sejam rebatidas e que o devo fazer também aqui, dizer qual é que foi o que me motivou a algumas delas. -----

No caso da Casa da Juventude, deixem-me dizer porque é que eu não coloquei a Casa da Juventude, se não se era para fazer nada para o ano que vem, porque é que lá vamos pôr, se a ideia foi para 2014. -----

Em relação às hortas sociais, quero dizer que fiz um acordo com a Escola Prática de Engenharia, para fazer uma intervenção grande no Bonito para libertar algum terreno e trata-lo. -----

Quanto ao Cineteatro S. João, teve umas intempéries em 2009 que deslocou o telhado, não houve possibilidade de o Governo deixar fazer obras, temos o projeto completamente pronto, como o edificio ao lado que comprámos, aguardamos que no quadro comunitário 14-16, tenha possibilidade de entrar. -----

Entendo que o mercado deve ser quando houver oportunidade, e quando houver um parecer para o mercado, tem que ser feito à imagem do parecer em consonância com a Câmara. -----

Quando os senhores tiveram a liderança das atividades culturais se ela foi digna na altura, fui muitas vezes ao Centro Cultural com vergonha, estava lá o vereador, estava o deputado municipal Carlos Matias e mais três ou quatro e depois estavam lá dez pessoas que até tinha vergonha de lá ir naquela atividade cultural digna. -----

Foi falado aqui na redução da fatura energética, temos aqui o plano de atividades da Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, do qual nós fazemos parte, vem aqui as atividades que fizemos, da redução da fatura energética, das auditorias que foram feitas e do plano de atividades para o ano que vem, nada disto está parado, todos os partidos conhecem na reunião de câmara. -----

Os apoios às coletividades, não cheguei a perceber se é pouco ou muito, acho que é importante dar-se o apoio às coletividades, neste momento vamos pagar dez meses de apoio às coletividades. -----

O PDM compreende oito relatórios e já temos quatro entregues definitivos que são: O enquadramento jurídico e estrutura do plano, enquadramento territorial e administrativo do concelho, enquadramento dos instrumentos de gestão territorial, ocupação do solo, avaliação da execução do PDM e dinâmica de licenciamento. -----

Falou-se aqui de outra coisa, que me custou mais, foi criticar o dia municipal do idoso, nunca teria o arrojo de uma coisa destas, há idosos que só uma vez por ano são servidos à mesa. -----

Por opção da câmara mas muito particularmente da senhora Vice-Presidente, há cortes nalgumas atividades culturais, não deixando de termos o nosso programa cultural, mas esse dinheiro foi canalizado para os apoios sociais que são necessários. Não há crianças com fome no Entroncamento, assumo aqui olhos nos olhos, que não há crianças com fome no Entroncamento. -----

Em relação ao alarido que foi feito à volta do Plano Estratégico, quero-lhes dizer que o Médio Tejo já está tratar com a mesma empresa do Plano Estratégico para 2014-2020. Os cinquenta e cinco mil euros que se gastou com este estudo, foi do mais brilhante que alguma vez esta câmara fez.-----

Sobre a fibra ótica, entendi que devíamos ter isto para servir o município, não zonas do município, servir as escolas e todos os edificios municipais e com menos de

cinquenta mil euros, a Câmara Municipal do Entroncamento ligou todas as escolas e neste momento aguarda a ligação do centro escolar norte. -----

Em relação à zona envolvente ao Centro de Saúde, hoje temos o privilégio de termos um técnico nessa área, o arquiteto Rafael, sabe bem o que nós temos lutado para que nos digam o que é para se fazer e o que é que devemos fazer mais, já foi feita alguma coisa por nossa alta recriação, não deixaram nenhum projeto as pessoas que mandaram fazer aquela infraestruturas, estamos a aguardar. -----

Só uma referência, ele já está presente e não ficaria bem comigo se não o dissesse, o senhor Engenheiro Mário Eugénio chegou atrasado porque esteve a trabalhar para o Museu Nacional Ferroviário, chegou do Porto, esteve a tratar do comboio presidencial, está a colaborar com o Museu, o meu muito obrigado.” -----

O Partido Socialista falou do aumento das despesas de capital, um acréscimo de mais ou menos de 200% nos últimos cinco anos, depois, também diz que há um aumento das receitas de capital mais ou menos de 200% nos últimos cinco anos, como acho que as percentagens são interessantes, nos últimos cinco anos esteve lá um governo do Partido Socialista, cortou tudo ao Entroncamento, não tínhamos nada, no Médio Tejo toda a gente sabe como as coisas eram feitas, passava-nos tudo ao lado. -----

Dizem que os números apresentados não nos permitem uma análise correta do orçamento, começou por dizer, porque fica sempre bem para os serviços, é um documento exemplarmente apresentado, depois diz que não aparecem números porque não consegue analisar, é uma contradição que não consigo perceber. -----

A escola da zona verde vai ser inaugurada e aberta à população escolar no dia três de janeiro e no dia cinco estará aberta a toda a população para poderem visitá-la. -----

A construção da ETAR do Entroncamento e o respetivo sistema de drenagem já foi aprovada pelo governo, neste momento está em audiência prévia para ser adjudicada a obra. -----

A escola Ruy de Andrade vai segunda-feira para o Tribunal de Contas, já foi o concurso, já foi feita a adjudicação. -----

A escola norte está a decorrer normalmente. -----

O parque verde do Bonito poderia ser aberto mais cedo, no princípio do ano será aberto para que se façam alguns acabamentos o tempo não tem ajudado ultimamente. –

O Jardim Parque está em execução, assim como o centro de apoio para os Escuteiros. -----

Fizemos a aquisição do terreno na EN3 junto ao Bairro Camões, para fazermos uma rotunda. -----

Começámos os passeios e arruamentos na rua Elias Garcia feita por administração direta pela câmara. -----

Em relação à Reforma Administrativa, o que nós manifestamos qualquer proposta de solução que venha a ser apresentada pela CCDR, deverá assentar sempre pela manutenção e coesão dos onze municípios que atualmente compõem a região do Médio Tejo. -----

Deve ser alargada, na minha opinião se ganharmos escala atacamos muito melhor os desafios da Europa que vêm aí do próximo quadro comunitário. -----

Na última reunião, soubemos porque pedi ao senhor Presidente da Comunidade para telefonar para o Presidente de Castelo Branco, e ele disse que não estava interessado em vir para cá, nunca o tinha dito. -----

Ontem foi lançado um concurso único para dois projetos, da Esquadra da PSP e do posto de atendimento da PSP. -----

Nós tivemos reuniões na Assembleia da República, com os senhores vereadores Carlos Matias, Alexandre Zagalo e eu próprio, também não ficou escrito em lado nenhum, o mal seria se estivesse sido escrito, fomos atendidos por um deputado Gameiro, que disse, vocês vão-se embora, a Esquadra já está garantida. -----

Sobre o Jardim de Infância, a testemunha séria disto é a Professora Judite, ela sabe o que é que eu e a senhora deputada fomos fazer ao gabinete do Secretário de Estado da Tutela. -----

Seja mais moderado nessas coisas, porque aqui fica-lhe mal, se alguma coisa que nós todos regozijamos foi termos conseguido. -----

Foi trabalhado com a Associação de Pais, muito particularmente pela senhora deputada e pela vereadora da Educação, este processo correu bem. -----

O senhor Lérias foi-se embora, queria-lhe agradecer de facto as palavras. Se em tempo oportuno eu tinha criticado, porque ele veio aqui para apoiar o comércio e quando fizemos alguma coisa nesse sentido, ele como comerciante não apareceu. -----

Um Bom Natal para todos e que o Novo Ano nos traga tudo o que a gente deseja.”

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes de irmos embora e porque é Natal, iria convidá-los e teríamos muito gosto nisso a acompanharem-nos às futuras instalações da Assembleia Municipal, para comermos uma fatia de bolo-rei.” ----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinco minutos do dia vinte e um de dezembro de dois mil e doze.-----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: